Luis Fernando Guedes Pinto
Gerente de Certificação Agrícola do Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora)

A certificação diferencia produtos e produtores

Por Paulo Roque

LUIS FERNANDO Guedes Pinto tem graduação em Agronomia pela Universidade de São Paulo, mestrado em Ciências da Engenharia Ambiental pela Universidade de São Paulo e doutorado em Fitotecnia – Esalq, também pela Universidade de São Paulo, com atividades no ICRAF Sudeste da Ásia. Trabalha no Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola – Imaflora. É professor colaborador do Mestrado Profissionalizante da ESCAS – Escola Superior de Conservação Ambiental e Sustentabilidade – e foi pesquisador associado do Oxford Centre for Tropical Forests, do Environmental Change Institute da Universidade de Oxford. Além disso, integra a Rede Folha de Empreendedores Sociais.

AGROANALYSIS Onde o processo de certificação está mais avançado em termos mundiais?

LUIS FERNANDO GUEDES PINTO As certificações dos setores de florestas e agricultura estão presentes nos grandes países produtores, seja os que possuem mercados internos exigentes, seja os grandes exportadores. No caso florestal, temos a Rússia, Canadá, EUA, Suécia e os países tropicais, seja com produção de plantações florestais, seja com manejo de florestas nativas. O Brasil destaca-se em ambos, sendo o principal país tropical em área e número de florestas certificadas. Na agricultura, há a certificação orgânica e de origem, muito importante na Europa e na América do Norte. Mas, a nova geração de certificações socioambientais está presente nos grandes países produtores de *commodities* em desenvolvimento, que exportam para os mercados mais exigentes. Novamente, o Brasil destaca-se, assim como países da África e do sudeste da Ásia, em função da produção e exportação de café, cacau, chá e óleo de palma.



IMAFLORA

> “A certificação é voluntária, e, portanto, o seu papel não é somente cumprir a lei”

AGROANALYSIS No Brasil, você pode citar as cadeias produtivas mais receptivas?

LFGP Novamente, as cadeias mais sensíveis são aquelas voltadas para a exportação, principalmente as que têm como destino os mercados mais exigentes e com preocupações a respeito das garantias sociais e ambientais dos processos produtivos de *commodities*. O mercado europeu (Inglaterra, Holanda, Alemanha, países nórdicos) é o mais importante, seguido por Japão, Austrália, EUA e Canadá. No Brasil, o setor com certi-

ficação mais avançada é o de plantações florestais de espécies exóticas (pinus e eucaliptos), em que mais de 25% de todo o plantio estão certificados; o dedicado à produção de papel e celulose está praticamente 100% certificado, e somente falta a adesão das plantações para a produção de energia (ainda voltadas para o mercado nacional). Na agropecuária, se destaca a certificação de café, sendo o nosso País o maior exportador de café certificado mundial, com mais de dez anos desde as primeiras certificações. A cana-de-açúcar é o setor em que a certificação tem crescido mais nos últimos dois anos, especialmente em função das exportações de biocombustíveis. Também temos a soja, cacau, óleo de palma e, mais recentemente, a laranja, a pecuária com carne e couro exportados com certificados socioambientais. Vale destacar que a certificação de frutas é muito relevante, mas em geral trata-se de certificados de segurança alimentar ou de qualidade, que são diferentes das certificações socioambientais.

AGROANALYSIS Existem, de fato, benefícios econômicos para a propriedade certificada?

LFGP Existem benefícios concretos bem conhecidos para os produtores. Todavia, é fundamental entender que a certificação é um instrumento de mercado que diferencia produtos e produtores, com potencial agregação de valor aos produtos finais. O mais natural é a certificação abrir ou garantir mercados exigentes, que podem pagar melhor ou oferecer melhores condições de negócios no longo prazo. No início, também pode haver prêmios ou sobrepreços para produtos certificados, como ocorre com o café, para o qual o prêmio médio é de R$ 20 a R$ 30 por saca. Porém, o prêmio não deve ser uma tendência de longo prazo, pois a oferta e a demanda de produtos certificados devem equilibrar-se e a certificação deve somente garantir um mercado diferenciado. Além disso, existem os benefícios econômicos dentro da porteira. A certificação exige organização, planejamento, adoção de melhores práticas de gestão e produção. Isso pode resultar em maior eficiência, otimização do uso de recursos, menores desperdícios, diminuição de custos de produção e, consequentemente, maior rentabilidade econômica. Também pode dar acesso a créditos especiais em alguns bancos. A diferenciação pode agregar valor às marcas e empresas e resultar em benefícios intangíveis ou de mensuração mais complexa, como melhoria de reputação, diminuição de riscos, geração de serviços ambientais, maior satisfação e fidelização de trabalhadores, entre outros.

AGROANALYSIS Como podemos influenciar a elaboração de políticas de interesse público?

LFGP As políticas de interesse público são tanto as de governos (multilaterais, nacionais, estaduais ou federais), como as corporativas, de empresas privadas, que interessam à sociedade. As políticas de emissões de gases do efeito estufa ou de uso de água de uma empresa interessam a todos. As empresas e suas decisões estão cada vez mais conectadas com um público mais amplo, além dos acionistas e funcionários. Consumidores e o público em geral também querem saber se o café do trabalho, o etanol que abastece o seu carro ou a carne do churrasco do fim de semana têm uma origem sustentável. Portanto, tanto as empresas, os produtores, como a sociedade civil, organizada em sindicatos, movimentos sociais, ONGs e outras formas, têm que participar das discussões a respeito da formulação de leis e políticas de governos e empresas. Isso exige uma nova cultura, com abertura para o diálogo, uma nova correlação de forças e a habilidade e abertura para negociar. Esse é o maior desafio e pré-requisito para qualquer iniciativa que deseje contribuir para a sustentabilidade de uma empresa, país ou setor produtivo. E os alicerces desse processo são o acesso à informação, educação e transparência.

AGROANALYSIS Treinamento e capacitação podem acelerar o processo de certificação?

LFGP São fundamentais para um produtor conquistar a certificação. É necessário capacidade para entender o funcionamento de um sistema de certificação, as suas regras e normas, assim como para implantar as eventuais mudanças de práticas de gestão, produção, conservação ou trabalhistas para se adequar às exigências de certificação. Também é necessário preparo para entrar em cadeias produtivas, fazer negócios e ter relações comerciais mais sofisticadas. Tudo isso requer análise, planejamento, visão de longo prazo e recursos. Treinamento e capacitação são muito importantes para esse salto. Temos visto que os grandes produtores têm esta capacidade dentro das suas empresas ou fazendas ou têm recursos para contratar assistência externa. Mas, os pequenos e médios produtores têm mais dificuldade para construir esta capacidade internamente e o apoio externo é fundamental. Isso deve vir das cooperativas, entidades públicas de extensão e assistência técnica, ONGs e organizações de apoio a pequenos e médios negócios, como o SEBRAE. E não podemos esquecer a capacidade financeira para investir na adequação e melhoria contínua exigida pela certificação. Então, mudanças no crédito também são necessárias. Seja como for, a capacidade ainda é um dos grandes gargalos para a implementação em grande escala da certificação para os pequenos e médios produtores.

AGROANALYSIS As consultas públicas têm conseguido maior mobilização em termos de participação?

LFGP Estamos criando uma nova cultura de participação para a tomada de decisão, e as consultas públicas fazem parte dessa mudança. As maiores dificuldades são entender do que trata cada consulta e priorizar quais são os proces-

sos mais importantes para cada público. Outro fator limitante é uma certa crise de representatividade e legitimidade na sociedade. Quem realmente representa os interesses dos produtores, trabalhadores ou ambientalistas? Como a opinião da base chega às representações de classe? Isso é muito claro nas consultas para definir normas de certificação. Em geral, os elos mais preparados das cadeias produtivas participam mais ativamente, em detrimento dos produtores e trabalhadores. De todo modo, as consultas são um avanço, e o seu sucesso depende da representatividade e qualidade de participação e da transparência de quem conduz a consulta. Quem consulta tem que deixar claro como e por que incorpora ou não o ponto de vista dos participantes. Isso dá credibilidade ao processo, engaja e amplia a participação.

AGROANALYSIS Com relação à Amazônia, pode-se concluir uma estagnação no seu desmatamento?

LFGP O desmatamento tem diminuído progressiva e continuamente na Amazônia, mas ainda não no Brasil como um todo. Ainda não temos estatísticas ideais, mas o Cerrado também tem sido desmatado intensamente nos últimos anos. De todo o modo, a redução do desmatamento, ao menos na Amazônia, é uma tendência, que se deve ao aumento da governança, com políticas públicas e privadas na região, como a Moratória da Soja e da Pecuária, o embargo a municípios que desmatam, a política nacional de mudanças climáticas, maior fiscalização e outras medidas importantes. Mas, ainda não é possível afirmar que estamos próximos do fim do desmatamento. Ele ainda ocorre em proporções razoáveis e flutua mais do que o desejado. O que ainda falta é uma valorização da floresta, que faça com que haja sentido para o produtor mantê-la, seja por interesse próprio ou por interesse público. Para cada caso, necessitamos de políticas e instrumentos diferentes. E é essencial acabar com a exploração ilegal ou predatória da floresta, da pecuária ou de qualquer atividade econômica.

AGROANALYSIS A certificação está alinhada ao novo Código Florestal?

LFGP A certificação é voluntária, e, portanto, o seu papel não é somente cumprir a lei. Qualquer certificação deve ter o cumprimento da lei como primeiro passo, mas deve ir além disso, seja em aspectos ambientais ou sociais e trabalhistas. Mas, devemos reconhecer que o cumprimento da legislação brasileira é um passo muito importante para se certificar, principalmente quando se compara com países de menor governança. O novo Código Florestal diminuiu os requisitos para o seu cumprimento em relação ao anterior, o que significa menor proteção das florestas. Na prática, isso "facilita" o cumprimento da lei e é um passo fundamental para se certificar. Mas, os sistemas de certificação devem ter outros elementos para estimular a conservação ambiental (das florestas, da água, do solo) além do cumprimento da lei. Muitos deles não permitem o desmatamento ou corte de florestas a partir de uma certa data e exigem a restauração de florestas em áreas importantes para a conservação da água e da biodiversidade. Os benefícios econômicos da certificação devem funcionar para que a conservação seja um bom negócio para o produtor.



NALATA

> "Os benefícios econômicos da certificação devem funcionar para que a conservação seja um bom negócio para o produtor"

AGROANALYSIS Qual é estágio da certificação ambiental socioambiental no Brasil?

LFGP Isso é bastante heterogêneo, dependendo do setor. Alguns já têm a certificação como parte do negócio e incorporaram o conceito na cadeia produtiva, no campo e nas associações de classe e cooperativas. Isso acontece com o café, a cana, a soja e as plantações florestais. O desafio destes é chegar aos pequenos e médios produtores. E estamos numa fase inicial na laranja, na pecuária, no óleo de palma, no algodão e em outras culturas relevantes para a exportação. O próximo passo é oferecer produtos certificados no mercado nacional em maior escala. Somos um grande país produtor e exportador de muitas coisas, mas também um grande consumidor. E também devemos oferecer garantias socioambientais a respeito da produção agropecuária para a nossa sociedade, que também se preocupa e merece a possibilidade de poder fazer a escolha na hora da compra. Nisso, estamos bem no começo. ■